

COLONIZAÇÃO DO NORTE PARANAENSE: AVANÇO DA CAFEICULTURA E PROBLEMAS DECORRENTES DESTE PROCESSO

CHIES, Cláudia¹; YOKOO, Sandra Carbonera²

RESUMO: Este trabalho apresenta breve reflexão sobre o processo de colonização do norte paranaense, tendo como objetivo principal analisar a influência da expansão cafeeira e a ação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná na organização da estrutura agrária regional, enfocando os problemas sociais e ambientais decorrentes deste processo. Vale ressaltar que a pesquisa desdobra-se da Dissertação de Mestrado intitulada: *Ciclo econômico e espaço transformado: os trabalhadores do café no Bairro Concórdia em Tuneiras do Oeste – Paraná*, defendida em 2007, pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Maringá. Para realização da pesquisa utilizou-se como metodologia o levantamento e a análise de referenciais teóricos, que abrangem visões diferenciadas sobre o tema. Os resultados mostram que, diferente do que foi difundido pelas companhias colonizadoras e pela imprensa oficial, o processo de colonização do norte paranaense, não foi pacífico, nem promoveu a distribuição justa da terra e livre de impactos ambientais.

Palavras-chave: Colonização do Norte Paranaense. Cafeicultura. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Problemas Sociais e Ambientais.

COLONIZATION OF PARANÁ'S NORTH: ADVANCE OF COFFEE CULTIVATION AND THE PROBLEMS ARISING FROM THIS PROCESS

ABSTRACT: This work presents a brief reflection on the process of colonization of Paraná's north, and aims at analyzing the influence of coffee expansion and the actions of Companhia Melhoramentos Norte do Paraná in the organization of the regional agrarian structure, focusing on the social and environmental problems arising from this process. It is important to observe that this research develops from the Dissertation entitled: *Ciclo econômico e espaço transformado: os trabalhadores do café no Bairro Concórdia em Tuneiras do Oeste – Paraná*, published in 2007 by Programa de Pós-graduação em Geografia, from Universidade Estadual de Maringá. To accomplish the research, the methodology adopted was the raise and analysis of theoretical references that comprise different visions on the subject. The results show that, different from what the colonization companies and the official press have shown, the process of colonization of Paraná's north was not peaceful, neither promoted a fair distribution of lands, and it was not free from environmental impacts.

Keywords: Colonization of Paraná's north. Coffee cultivation. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Social and environmental problems.

¹Mestre em geografia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Professora do departamento de Geografia da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR/FECILCAM Campus de Campo Mourão - Pr. claudiachies@hotmail.com.

²Mestre em geografia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Professora do departamento de Geografia da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR/FECILCAM Campus de Campo Mourão - Pr. sandracarbonera@ibest.com.br.

INTRODUÇÃO

Da segunda metade do século XIX até a década de 1930, o café foi o principal produto econômico brasileiro, sendo sua produção voltada à exportação. De acordo com Chies (2007, p.25) “o café expandia-se muito rapidamente em razão das vantagens que sua produção oferecia, já em 1860, havia cortado o território paulista e chegado às terras do norte paranaense, porém, ocupação mais representativa se deu no início do século XX”. Sendo assim, o processo de colonização do norte paranaense está intrinsecamente relacionado à expansão da cafeicultura, sobretudo das terras mineiras e paulistas no final do século XIX.

Nesse sentido, é preciso compreender que a colonização do norte paranaense se deu em função do interesse de expansão da cafeicultura, sobretudo porque, como aponta Verri (1998), houve limites legais impostos pelo Governo Federal, no período, para a produção cafeeira, principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Desse modo, vale ressaltar que a colonização no norte paranaense ocorreu principalmente a partir da ação de algumas companhias colonizadoras, das quais se destaca a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Algumas características da colonização, como a organização em pequenas e médias propriedades (principalmente no norte novo e novíssimo) cultivadas a partir da produção familiar, a facilitação nas formas de pagamento da terra e o planejamento de uma rede de cidades que atendessem às necessidades da população rural, foram criadas a partir da ação das companhias colonizadoras. É importante destacar que tais características, aliadas ao solo de terra roxa (nitossolo), muito fértil, propiciando grande produtividade aos cafeeiros, foram fatores decisivos para atrair famílias de outras regiões do país, principalmente mineiros e paulistas, ao norte do Paraná, a fim de cultivarem o café.

Neste contexto, de modo geral, muito se falou sobre a colonização do norte paranaense como um processo bem sucedido, uma área que chamou a atenção e atraiu muitas pessoas a partir da possibilidade da compra de sítios por famílias que não possuíam terras até então, já que os pagamentos podiam ser parcelados e pagos com a própria produção do café. Além disso, difundiu-se a ideia de que a ação das companhias colonizadoras não atingiu populações nativas e não gerou impactos ambientais consideráveis.

No entanto, analisando informações quanto ao processo colonizador realizado, encontra-se uma série de questões e pontos negativos a serem avaliados, tanto sociais quanto ambientais, como por exemplo, conflitos entre nativos e “capangas” das empresas colonizadoras, grilagem de terras, exploração do trabalho e lucros exorbitantes com a venda das terras pelas companhias colonizadoras. No que se refere às questões ambientais se pode citar a dizimação da floresta, a prática de queimadas prejudicando, sobretudo, o solo, a contaminação da água e do solo pelo uso de agrotóxicos e o desrespeito à legislação ambiental.

Sendo assim, este trabalho objetiva analisar a influência da expansão cafeeira e a ação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná na organização da estrutura agrária regional enfocando os problemas sociais e ambientais decorrentes deste processo. Para tanto, utilizou-se como metodologia o levantamento e a análise de referenciais teóricos, que abrangem visões diferenciadas sobre o tema, tanto da companhia colonizadora (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), quanto de autores que apontam uma visão crítica frente à ação realizada pela empresa.

A pesquisa desdobra-se da Dissertação de Mestrado intitulada: *Ciclo econômico e espaço transformado: os trabalhadores do café no Bairro Concórdia em Tüneiras do Oeste – Paraná*, defendida em 2007, pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Maringá.

BREVE CONTEXTO DO CAFÉ NO BRASIL

Segundo Sobrinho (1978), as primeiras sementes de café que chegaram ao Brasil foram levadas para Belém do Pará no ano de 1727 por Francisco de Mello Palheta a pedido do governador do Maranhão. Desse modo, introduziu as primeiras sementes pelo norte e nordeste, e, em função do clima, o café se adaptou bem, se espalhando rapidamente. Na região sudeste, foi introduzido primeiramente no Estado do Rio de Janeiro no ano de 1781. Esgotado o ciclo da mineração do ouro em Minas Gerais, tinha início, assim, conforme destaca Sobrinho (1978), um novo ciclo econômico na história do país.

Na região Sudeste, o cafeeiro foi introduzido ao longo do Vale do Paraíba, quase ao mesmo tempo em que no vale fluminense, e no paulista por volta de 1820, contudo, a produção se destinava ao mercado doméstico (SOBRINHO, 1978).

Nas primeiras décadas do século XIX, a lavoura cafeeira encontrou resistências para que fosse implantada, mesmo com a crise na indústria açucareira. Desse modo, Sobrinho (1978) destaca que a mesma passou a coexistir junto aos canaviais. O autor ainda destaca que desde a época de implantação foi utilizada a mão-de-obra escrava no cafeeiro tanto no vale fluminense quanto no vale paulista. Desse modo, o aumento da produção cafeeira ligava-se à entrada de escravos, sobretudo nos dois anos antes da proibição do Tráfico Negreiro.

Quanto à sociedade escravocrata, Sobrinho (1978) diz que havia uma pirâmide social, desse modo a riqueza provinha da terra e a cultura constituía o privilégio de uma classe. Assim:

Na pirâmide social do café, os grandes fazendeiros formavam a cúpula. A seguir, figuravam os demais cafeicultores, proprietários ou cultivadores em terra alheia, meeiros, negociantes da cidade, profissionais liberais, funcionários, artifices, comerciantes de beira de estrada estabelecidos, ambulantes e jornaleiros. Como suportes

do edifício, restavam os escravos, quase sem possibilidade de mudarem de posição, pois, mesmo libertos lhes faleciam meios de que a classe dominante não abria mão (SOBRINHO, 1978, p. 75).

Pela constituição dessa pirâmide, não havia mobilidade entre classes, haja vista a classe dirigente ser composta pelos cafeicultores, e estes privatizavam o poder em suas mãos. Desse modo, governavam para si e para aqueles que já detinham a posse. Nesse regime, a sociedade era escravocrata: “em consequência da desagregação da economia açucareira e da fragmentação da economia mineira, haviam partido em grandes grupos para o Sul.” (MORAES e FRANCO, 2005, p. 56).

Vale destacar que, no ano de 1883, a produção cafeeira paulista igualou-se à fluminense, especialmente pelo transporte por via férrea. E se anteriormente o contingente negro se distribuía mais pelas zonas de mineração e fazendas de açúcar, com o advento do café, as entradas crescem até a proibição do Tráfico em 1850. Nesse período, a população negra no Brasil já englobava 2.500.000 indivíduos, começando o deslocamento de escravos do norte para o sul do país (SOBRINHO, 1978).

Surgia uma nova época para a região paulista. As florestas tropicais cediam lugar para a produção do cafeeiro, as rodovias estavam sendo ampliadas, e junto à infraestrutura da época, as vilas e cidades iam aumentando. Desse modo, cabe salientar que “a produção escravista predominou até a década de 1880, quando foi acelerada a transformação para o trabalho livre, baseado na imigração de colonos europeus” (MORAES, 2005, p. 57).

Dessa forma, na opinião de Moraes (2005, p. 58), na história desse ciclo econômico, pode-se identificar dois ciclos: “o ciclo cafeeiro escravista” e o “ciclo cafeeiro capitalista”.

Quanto ao ciclo cafeeiro escravista:

Geograficamente este ciclo ocupou as terras do Vale do Paraíba, onde se concentraram grandes fazendas tradicionais [...] Nas fazendas do Vale, o escravo não era apenas a força de trabalho, mas ainda a medida de riqueza dos fazendeiros. As terras, praticamente, não tinham valor, pois tinham sido adquiridas através de cartas de doação de Sesmarias (MORAES e FRANCO, 2005, p. 58).

Contudo, no ano de 1850, com a implantação da Lei Eusébio de Queirós, foi proibido realizar o Tráfico de negros para o Brasil. Diante de tal acontecimento, o preço do escravo se elevou gerando um mercado inflacionado para o comércio da época. Assim, o fazendeiro acostumado com o escravo dificilmente extrairia a mesma produtividade do escravo diante da ocorrência de tal fato. Desse modo, a imigração foi uma alternativa encontrada pelos “barões de café” para amenizar o problema de mão-de-obra daquela época (MORAES e FRANCO, 2005).

Os mesmos autores salientam ainda que depois da proibição do tráfico de negreiros, da Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e, especialmente,

a Lei Áurea, assinada no ano de 1888, pela Princesa Isabel, os fazendeiros tiveram que reorganizar as plantações do cafeeiro, já que os escravos da época constituíam a força de trabalho no período.

No auge do café, 1872, já com Leis abolicionistas, Sobrinho (1978) destaca que havia pouco mais de 1.500.000 cativos para quase 8.500.000 livres. Quanto à imigração, Moraes e Franco (2005) fazem a seguinte arguição:

A imigração em massa foi a solução encontrada pela burguesia cafeeira para o grave problema de mão-de-obra. [...] Na década de 1880, começou a imigração em grande escala. Nas fazendas, organizava-se o sistema de colonato, uma forma de trabalho semi-assalariado (MORAES e FRANCO, 2005, p. 59).

Com a vinda dos imigrantes para o Brasil, os cafeicultores do oeste paulista levaram algum tempo para substituir e (re) organizar o trabalho nas plantações. Nesse sistema havia remuneração ao colono e sua família. A remuneração se dava de acordo com a quantidade de pés de café plantados, bem como pela quantidade de grãos colhidos: “O colono plantava as mudas, e cuidava dos pés, durante cinco anos [...]. Não recebia pagamentos em dinheiro pelo serviço. Podia usar as “ruas” do cafezal para a sua subsistência e ficava com as duas primeiras colheitas de café” (MORAES e FRANCO, 2005, p. 59).

“A expansão cafeeira do oeste paulista não se fundamentou na doação de sesmarias. Em 1850, junto com a Lei Eusébio de Queiróz, foi promulgada a Lei das Terras” (MORAES e FRANCO, 2005, p. 59). Com a promulgação da referida Legislação, a aquisição se dava somente a partir da compra. Desse modo, o dinheiro era a única forma para adquiri-la. Contudo, essa nova Legislação apresentou-se como uma barreira para os escravos livres e imigrantes para adquirir terras:

A Lei de Terras representou grande tática dos latifundiários, na defesa de seus interesses. Ela impedia que os escravos livres e os imigrantes se instalassem, como posseiros, nas terras do Oeste. Implantava um mercado capitalista de terras, elitizando, consolidando a estrutura de grandes propriedades na região do café (MORAES e FRANCO, 2005, p. 59).

Em virtude do mercado capitalista de terras no Oeste paulista, a economia se baseava no cafeeiro, resultando num mercado cada vez mais abrangente, e refletindo no desenvolvimento industrial em São Paulo, infraestrutura de ferrovias que se ampliaram cada vez mais, e outras benfeitorias que foram realizadas na época. Contudo, a lavoura de café sofria também com as oscilações de mercado, sobretudo com a crise de 1929, que foi provocada em função da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, e por crises antecedentes a esta.

Alguns outros aspectos também podem ser destacados para a crise do café, como, do ponto de vista ambiental e natural, as “pragas” (como passarinhos, formigas e brocas), intempéries do tempo (estiagens e geadas) e antigas práticas de tratar a terra que levaram ao exaurimento dos solos (erosão). Sobrinho (1978)

ressalta ainda que no século XIX o café atravessou sua maior crise, resultante dos males da estrutura econômica, abalada pela abolição, com trabalho livre do imigrante europeu, e pelas novas áreas produtoras como o norte velho ou pioneiro paranaense.

A EXPANSÃO DA CAFEICULTURA E A COLONIZAÇÃO DO NORTE PARANAENSE

No Paraná, assim como em todo o Brasil e também quase todo o continente americano, a ocupação territorial e o desenvolvimento de atividades econômicas se deram por meio de ciclos. No caso paranaense, pode-se citar: o ciclo do ouro, da erva-mate, da madeira e o ciclo do café, que se estendeu de 1860 até a década de 1970, aproximadamente. Sabe-se que a cultura do café voltava-se ao mercado externo. Neste caso, a economia paranaense, neste período, desenvolveu-se em função de estímulos externos, nacionais ou internacionais, oscilando por conta da procura pelo café (PADIS, 1981).

Estudando o caso da economia paranaense, verifica-se que existem algumas características bastante peculiares dentro do sistema econômico brasileiro. Em parte, a economia do Estado, que pode ser entendida pelas atividades econômicas que são desenvolvidas, e que tem por finalidade sustentar e estabelecer o grupo que ocupa determinada área voltava-se às culturas de subsistência, mas também se organizou um setor agroexportador, que teve maior destaque principalmente a partir de 1930. Nota-se que a economia paranaense sempre esteve voltada com maior ênfase para este setor, o que também foi característico à produção cafeeira (PADIS, 1981).

É preciso lembrar que, quando se fala do ciclo do café no estado, deve-se considerar a região norte, que foi a área onde se desenvolveu esta cultura. O norte paranaense passou por um processo muito rápido de ocupação territorial. Em razão da expansão da cafeicultura, essas terras, desde o século XIX, já chamavam a atenção de plantadores de café paulistas e mineiros como favoráveis ao cultivo.

O norte paranaense – definido pelos rios Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e Piquirí –, abrangendo uma superfície de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados, foi dividido em três áreas, segundo a época e a origem da respectiva colonização; norte velho – que se estende do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi; norte novo – que vai até as barrancas do rio Ivaí e tem como limite, a oeste, a linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa; norte novíssimo – que se desdobra dessa linha até o curso do Rio Paraná, ultrapassando o rio Ivaí e abarcando toda a margem direita do Piquirí (DIAS e GONÇALVES, 1999), (figura1).

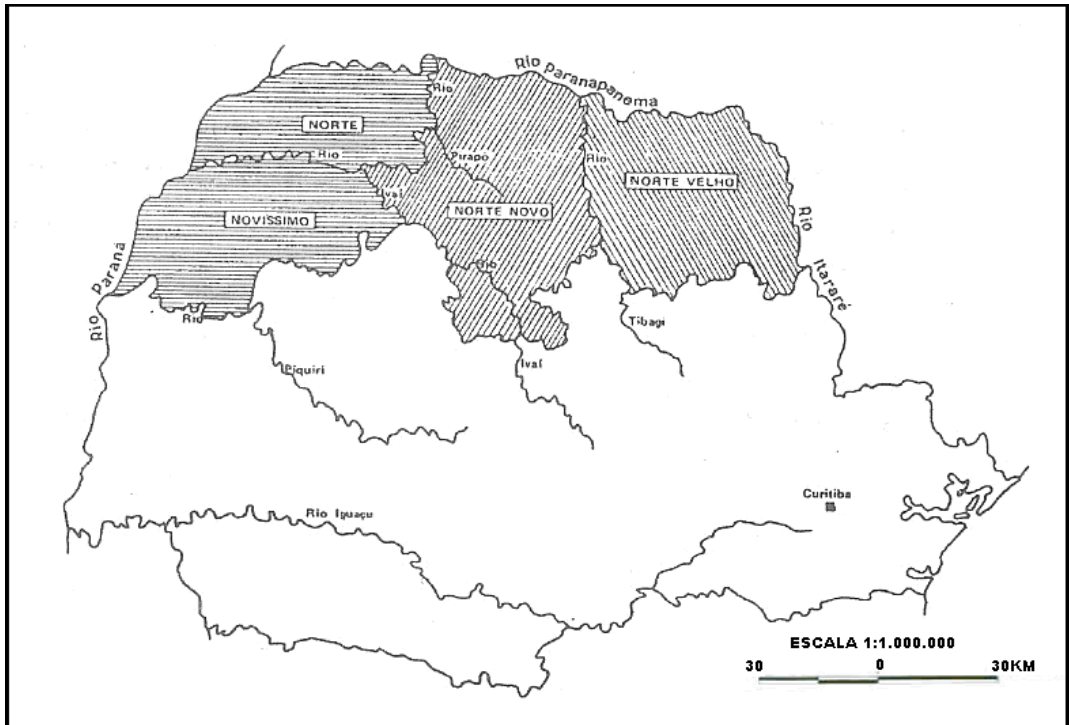


Figura 1: Mapa da divisão do norte do Paraná segundo a geografia dos anos 1950.

Fonte: DIAS e GONÇALVES, 1999, p. 383.

Sobre a colonização do norte paranaense, é importante esclarecer que:

No século XX, começa a expansão do norte velho entre o Paranapanema e o Tibagi. Em princípios do século, o major Antonio Barbosa Ferraz Junior, agricultor de Ribeirão Preto, sentindo os efeitos da exaustão de suas terras, resolveu transferir-se para o Paraná, experimentando a fertilidade do solo norte-paranaense. Comprando uma grande gleba entre Ourinhos e Cambará, ele desbravou uma extensa área e plantou um milhão de cafeeiros. Conhecido o êxito dessa iniciativa, outros lavradores adquiriram terras da miraculosa região. Sua euforia, porém, foi logo turbada pelo difícil escoamento de safras abundantes, deterioradas pela falta de comunicações, só corrigida com a formação, de redes viárias. Os pioneiros Barbosa Ferraz, Willie da Fonseca Brabazon Davids, e Antônio Ribeiro dos Santos, apoiados por proprietários locais, formaram logo a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná e entregaram a execução do projeto e da construção do trecho Ourinhos-Cambará ao Eng. Gastão de Mesquita Filho, que teria, durante meio século, uma atuação destacada na região. Concluídos os trabalhos, a partir de 1925, sempre houve um tráfego normal entre as duas cidades. Infelizmente, a construção ficou retida em Cambará até 1929, quando se decidiu o futuro da ferrovia. (C.M.N.P., 1975, p. 240).

Pozzobon (2006) acrescenta que no final do século XIX, dado o isolamento, as plantações de café se expandiram de modo lento e espontâneo para o norte velho ou

pioneiro do Paraná, quando novos agricultores paulistas e mineiros tomaram conhecimento das riquezas a serem exploradas.

Diante de tal situação, as lavouras de café atingiram primeiramente o norte velho ou pioneiro de Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Siqueira Campos, Cambará, Tomazina, Venceslau Braz, dentre outras do norte pioneiro, posteriormente o norte novo de Londrina, Cambé, Apucarana, Rolândia, Ivaiporã, Primeiro de Maio, Sertanópolis, Maringá, dentre outras, e, por final, o norte novíssimo de Paranavaí e Umuarama. Este processo ocorreu especialmente em função da ação de algumas companhias colonizadoras, cuja mais representativa e com maior área de atuação foi a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).

Em 1924, veio ao Brasil uma missão inglesa chefiada por Lord Montagu e tendo como assessor Lord Lovat, que estava incumbido pelos acionistas da Sudan Plantations, de estudar a possibilidade dessa empresa aplicar recursos no Brasil, no sentido de produzir o algodão, que importava em larga escala, para suprir a florescente indústria têxtil inglesa (FERREIRA, 1996, p. 86-87).

Entusiasmado com a qualidade das terras, em 1924, Lord Lovat, juntamente com outros investidores, fundaram a *Brazil Plantations Syndicate Ltda.*, bem como uma subsidiária brasileira organizada por Arthur Thomas, a Companhia de Terras Norte do Paraná, que foi instituída em 18 de setembro de 1925, para ressarcir os prejuízos da instalação de fazendas de algodão e máquinas para seu beneficiamento, assim como duas fazendas para plantio imediato do algodão. Os investimentos com algodão não obtiveram bons resultados e a CTNP passou a executar um plano imobiliário. A origem inglesa da CTNP foi mantida até 1944, quando brasileiros compraram todas as ações (FERREIRA, 1996).

O plano colonizador foi projetado visando à produção de café no norte paranaense, mas, como se sabe, a cultura do café exige, além de solo fértil, um clima propício, clima este nem sempre favorável no norte do Estado:

Com estações razoavelmente melhor delimitadas que em São Paulo, com verões mais quentes e invernos mais frios, a região cafeeira paranaense era (e ainda é) sujeita ao risco de geadas pretas ou brancas. Isto constituía sério obstáculo ao avanço dos cafezais para as áreas em que o solo se apresentasse propício, obrigando os agricultores a cuidados técnicos nunca antes utilizados (PADIS, 1981, p. 84-85).

Mas a questão climática não fez com que os cafezais não continuassem se expandindo pelo território paranaense, já que as vantagens econômicas eram muito grandes. Dentre os principais fatores responsáveis pelo sucesso da cafeicultura no Estado e pela rápida ocupação do norte paranaense, pode-se destacar: a já citada qualidade das terras, política econômica governamental, escoamento da produção pelas ferrovias que chegavam ao Estado, a evolução da cafeicultura paulista neste período e o surto de industrialização de São Paulo a partir da década de 1930, além da facilidade para a aquisição de terras no Estado.

A estrutura fundiária do norte paranaense seguiu a princípio o modelo paulista, ou seja, grandes fazendas, porém paralelamente surgiram os “sitiantes”, aparecendo então nesta região tanto grandes como pequenas propriedades:

Assim, enquanto na região do rio das Cinzas no Norte Pioneiro a grande propriedade e o povoador de origem mineira foram uma constante, nas “terras roxas” do Terceiro Planalto a leste do Tibagi, os povoadores paulistas com sua tradicional fazenda cafeeira foram a marca característica. No Norte Central e a seguir no Noroeste Paranaense, as companhias imobiliárias colonizadoras traçaram um novo aspecto com a colonização dirigida, a pequena propriedade, o intenso processo de desenvolvimento da cafeicultura, como até então não se tinha visto, o cosmopolitismo de seus povoadores, definindo as especificidades da paisagem regional (MORO, 1998, p. 5).

Geralmente, os colonos das grandes fazendas de café, tanto paulistas como paranaenses, eram caboclos, japoneses ou italianos. Após o término do contrato, boa parte destes trabalhadores comprava terras para formação de sítios, principalmente no Paraná, onde a terra era barata e o pagamento podia ser parcelado, por serem vendidas por algumas companhias de terra.

A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), em 1951, ano em que passa a diversificar seus investimentos, passa a ser denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) e, como já citado, foi a mais representativa das companhias imobiliárias atuantes no norte do Paraná.

Em uma detalhada descrição de Hermann Moraes Barros³ (no período, executivo da CMNP), com relação ao trabalho realizado pela empresa, o mesmo lembra que a zona rural colonizada pela Companhia foi dividida em pequenos lotes, de área variável, demarcados de forma a incluírem, todos eles, uma parte de baixada e uma de espigão. Toda propriedade deveria contar com água corrente e acesso por estrada de rodagem. Na parte de baixada, o colono geralmente construía sua casa, plantava um pomar e uma horta, formava um pasto, enfim, produzia o necessário para a subsistência. Nas áreas mais altas, espigão da propriedade, plantava seu cafezal, que constituía a fonte principal da renda (C.M.N.P., 1975).

Para Herman, a consequência mais importante da obra realizada pela Companhia se traduz na oportunidade que ofereceu aos trabalhadores sem posses de adquirirem pequenos lotes agrícolas, cujas dimensões e modalidade de pagamento eram sempre amoldadas ao desejo dos compradores. Deste modo, logo que chegavam ao Paraná, os migrantes trabalhavam na derrubada das matas e no plantio do café, e através de economias conseguiam adquirir um lote da Companhia (C.M.N.P., 1975).

³As falas de Herman Moraes Barros citadas neste trabalho, constam na seguinte referência: C.M.N.P. (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), 1975. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**. Maringá, C.M.N.P.

Pozzobon (2006) destaca que as terras eram oferecidas mediante sinal de 10% do valor do negócio. Dentro de sessenta dias deveriam completar a entrada com mais vinte por cento do preço. Vinte dias após, mais 20% na assinatura do contrato de compromisso. O restante era pago em 4 anos, sendo 10% no primeiro ano e 20% no final do 2º, 3º e 4º anos, com juros de 8% ao ano. O contrato dava condição de explorar a propriedade e preservar no mínimo 10% da mata nativa como reserva natural. Na opinião de Herman (C.M.N.P., 1975), esse plano veio possibilitar a solução do problema do assalariado, que agora poderia transformar-se em proprietário e mudar de categoria econômica e social.

Já com relação ao morador recém-chegado, Herman esclarece que se instalava provisoriamente em rancho feito com folhas de palmeiras. Estas iriam sustentá-lo nas primeiras semanas de luta: de seus troncos fazia esteios para as construções pioneiras; do seu caule obtinha o palmito. Daí seguiria sua atividade até o plantio do café. Nas ruas (de café) plantava cereais, à volta do rancho plantava árvores frutíferas, à beira d'água plantava capim para os animais. Iniciava criações de porcos e galinhas (C.M.N.P., 1975).

Herman diz que assim estava iniciada uma nova vida, que foi a vida nova para milhares e milhares de famílias brasileiras. Segundo ele, era a reforma agrária, racional e democrática, que trazia prosperidade para o Estado e para o País. Herman ainda destaca o grande número de pessoas instaladas nas áreas colonizadas pela companhia, elevando em determinado período a densidade demográfica para 90 habitantes por quilômetro quadrado. Destaca também a instalação de cidades pela CTNP/CMNP, lembrando que todas as cidades fundadas sob a jurisdição da empresa obedeciam a um plano urbanístico previamente estabelecido que aproveitou o mais possível as características do relevo, com uma divisão em datas, destinadas à construção de prédios comerciais e residenciais, circundado por um cinturão verde repartido em chácaras que servem ao abastecimento da população. Herman explica que os núcleos básicos da colonização foram estabelecidos progressivamente, distanciados cerca de 100 quilômetros uns dos outros, na seguinte ordem: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama, conforme figura 2. Por entre esses núcleos urbanos principais, fundaram-se, de 15 em 15 quilômetros, pequenos patrimônios, cidades bem menores cuja finalidade era servir como centro de abastecimento para a numerosa população rural (C.M.N.P., 1975).

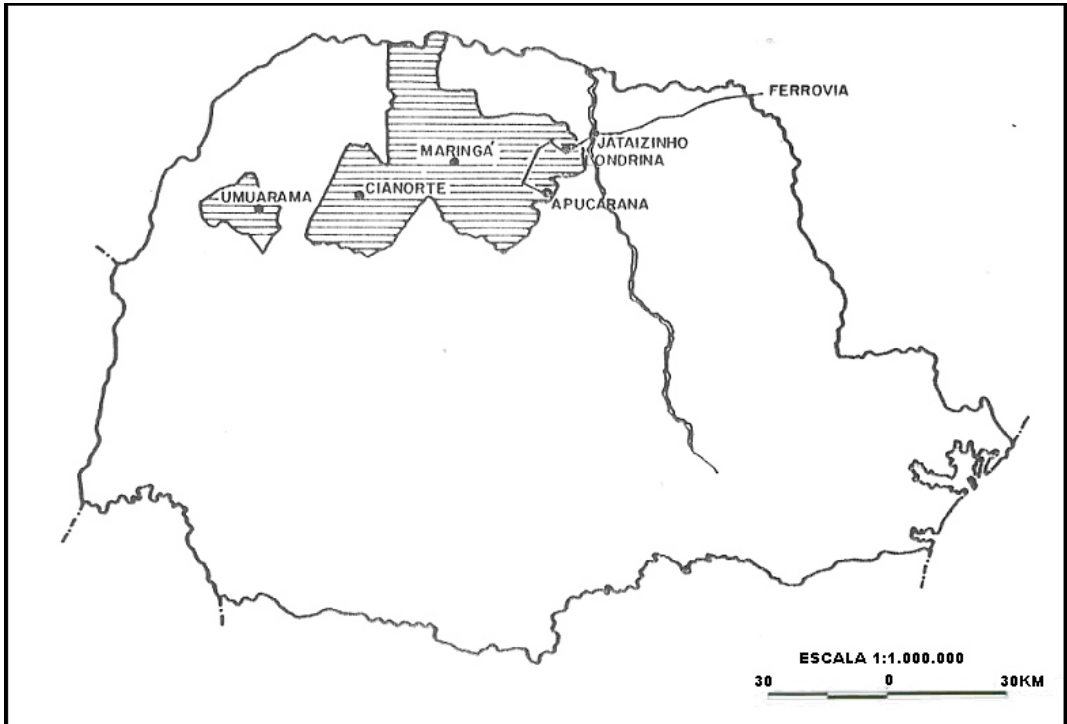


Figura 2 – Mapa da Área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná / Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Fonte: Padis (1981 p. 92).

PROBLEMAS SOCIAIS E AMBIENTAIS GERADOS PELO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO NORTE PARANAENSE

Se considerada apenas a visão exposta até o momento com relação à colonização do norte paranaense e à ação da CTNP/CMNP e de outras empresas colonizadoras, pode-se concluir que a ocupação dessa região ocorreu de forma pacífica e bem sucedida, por meio de um plano colonizador bastante estruturado e voltado a favorecer a aquisição de terras por parte de pequenos agricultores. Enfim, pode-se crer que houve uma verdadeira reforma agrária em terras nunca antes ocupadas e tomadas pela mata virgem. No entanto, um aprofundamento nos estudos com relação ao processo de colonização desta região revela um processo mais complexo do que aparenta ter sido.

Pouco se vê, nos estudos realizados com relação à colonização do norte do Paraná, uma abordagem que retrate a dinâmica das populações que viviam nessas terras antes de serem “ocupadas” oficialmente. A ideia que tradicionalmente é passada pela maioria dos trabalhos acadêmicos e estudos em geral é a de que não havia população

nesta região até a chegada dos chamados pioneiros. Ou se havia, era em pequeno número e não ocorrendo problemas ou grande resistência de sua parte: "Construiu-se a ideologia de que esses territórios indígenas estavam vazios, desabitados e prontos para serem ocupados. Tal construção ocorreu dentro dos marcos da expansão capitalista que incorporou essas novas áreas ao seu sistema de produção" (MOTA e NOELI, 1999, p. 21-22). Segundo Noeli e Mota, de acordo com estudos arqueológicos, existem habitantes nos territórios que envolvem Maringá há cerca de 7.000 anos. Porém, se analisados territórios vizinhos, pode-se constatar a presença humana a até 11.000 ou 12.000 anos atrás (NOELI e MOTA, 1999, p. 5).

Tomazi também defende a ideia de que a região norte paranaense não era desabitada nem tampouco desconhecida até a ocupação realizada nos séculos XIX e XX. O autor observa que a região já era "conhecida e esquadrihada por engenheiros, agrimensores, viajantes e que ademais viviam índios e caboclos que conheciam e habitavam esse espaço" (TOMAZI, 1999, p. 53). Tomazi defende que a questão das terras no Paraná e, mais especificamente, na sua região norte, desde o século XIX, sempre esteve eivada de problemas vinculados à posse/propriedade efetiva da terra. Nesse período, segundo o autor, existiam milhares de posseiros com suas roças e ranchos, os quais lutaram pelo domínio pleno da terra que ocupavam há muito tempo, contra terceiros, geralmente pessoas e famílias ricas que viviam nas cidades e que se utilizavam dos mais variados expedientes (inclusive a "grilagem" de terras), bem como pistoleiros e "jagunços", para manter os seus domínios. Tomazi alerta ainda que "muitos capítulos da história da (re) ocupação da terra do Paraná, neste século⁴, foram escritos com fogo e sangue". O autor cita como exemplo os movimentos de posseiros ocorridos em Jaguapitã e Porecatu, no início da década de 1950 (TOMAZI, 1999, p. 66-67).

Tomazi questiona a ação da CTNP/CMNP, colocando em dúvida a não existência de conflitos nas áreas colonizadas pela empresa. Em diversos estudos, segundo o autor, é comum encontrar argumentos de que a CTNP/CMNP, ao comprar terras devolutas, se comprometia a indenizar todos os que apresentassem títulos de propriedade. Também se fala que os posseiros existentes nessas áreas foram removidos sem conflitos. No entanto, Tomazi questiona a tamanha dificuldade dos posseiros em obter títulos, e ainda a não preocupação dos mesmos com essa questão naquele período. O autor analisa também para onde foram levados os posseiros removidos (TOMAZI, 1999, p. 70-72). Para Tomazi, "o que se sabe é que a CTNP, como também outras companhias colonizadoras, possuíam uma "guarda particular", bem como se utilizavam de "jagunços", também chamados "limpa-trilhos", ou "quebra-milho", para remover e sanear as terras compradas" (TOMAZI, 1999, p. 71).

⁴ O autor se refere ao século XX.

Como se pode perceber, a história da colonização do norte paranaense não esteve livre de conflitos e injustiças. Pelo contrário, ao se analisar de forma mais profunda a história da colonização, verifica-se os problemas e processos injustos ocorridos.

Outro fato que é necessário considerar se relaciona à chamada “reforma agrária realizada pelas companhias colonizadoras”, e, especialmente, pela CTNP/CMNP, reforma esta que insiste em ser proferida pela própria empresa como mérito próprio, como aparece na descrição de Hermann Moraes Barros com relação à ação da companhia, já citada anteriormente.

Na descrição de Hermann, e para Vieira, na visão dos fundadores e idealizadores da CTNP/CMNP, realmente era desenvolvido um trabalho valioso pela empresa, uma verdadeira reforma agrária. Vieira ressalta ainda que o que se pode perceber foi um investimento extremamente lucrativo aos banqueiros, e também àqueles agricultores que tinham a possibilidade de comprar terras da companhia, “mas os miseráveis camponeses sem-terra continuavam na vida sofrida de sempre, vendendo a força de trabalho para os que possuíam propriedades, para os que tinham o meio de produção” (VIEIRA, 1999, p. 236).

Ao se analisar o histórico da colonização do norte paranaense, os motivos principais apontados para a rápida ocupação da região são o preço baixo das terras oferecidas para a comercialização e as facilidades para a aquisição das mesmas. Estes motivos realmente contribuíram, já que muitos trabalhadores rurais tiveram a possibilidade de adquirir terras aos preços oferecidos nesta região, preços estes possíveis devido à ação das companhias colonizadoras. Em contrapartida, ao analisar os valores a que tais empresas adquiriram essas terras, nota-se que as mesmas foram vendidas aos agricultores a preços extremamente elevados.

Além de propriedades rurais, a CTNP/CMNP vendeu datas urbanas que lhe proporcionaram um bem-sucedido investimento imobiliário. Segundo Estrada (1961, p. 49), falando de Maringá, o custo de cada data, para a Companhia de Terras, foi de sessenta centavos (CR\$ 0,60). Um alqueire paulista comporta trinta e cinco datas (terreno de 13/40 metros). Sendo assim, ao vender essas datas em média a cem mil cruzeiros cada uma, a empresa obteve aproximadamente duzentas mil vezes mais o preço do custo.

De acordo com Gonçalves (1999), não se pode crer que o loteamento das terras em pequenas e médias propriedades tenha ocorrido por conta de uma preocupação assistencialista que possibilitasse a aquisição de terras por aqueles que não possuíam muitos recursos:

Nos anos 30, deu-se numa época em que diferentes propostas de mudanças no mundo agrário digladiavam-se na cena política brasileira e internacional (...) a preocupação com soluções não latifundiárias (ou não concentradoras da propriedade) para as constantes crises de abastecimento e para a ausência de efetiva diversificação da pauta de exportações agrícolas estava na ordem do dia (GONÇALVES, 1999, p. 101).

Na realidade, a ideia de lotear as terras em pequenas propriedades não fazia parte dos primeiros planos da CTNP/CMNP. De acordo com Tomazi, a princípio os ingleses planejavam vender as terras a fazendeiros, o que só posteriormente foi replanejado. O autor lembra que desde 1916, várias leis que tratavam das terras colocadas à disposição para colonização e dadas em concessão pelo governo paranaense já determinavam que estas terras seriam divididas em pequenas propriedades, além de que outras empresas já trabalhavam com este tipo de loteamento. Outro “mito”, segundo Tomazi, é o de que o Estado seguiu o modelo estabelecido pela CTNP/CMNP, pois, como se viu no parágrafo anterior, o Estado pretendia lotear as terras em pequenas e médias propriedades, já anteriormente ao plano estabelecido pela companhia (TOMAZI, 1999, p. 78-79).

Tomazi (1999), em seus estudos, ainda destaca um ponto importante quando lembra da ideia difundida em grande parte dos estudos com relação ao norte do Paraná, de que os investimentos realizados pelas empresas privadas de colonização obtiveram grande êxito e garantiram a ocupação e colonização sem a participação do Estado. Segundo o autor, é preciso considerar que se não fossem as facilidades e as condições que o governo estadual concedeu a essa empresa (CTNP/CMNP), dificilmente ela teria realizado seu plano colonizador (TOMAZI, 1999, p. 80).

Quanto à relação do Estado com as companhias colonizadoras e especialmente a CTNP/CMNP, Gonçalves (1999) relata outro dado importante. De acordo com o autor, as ligações existentes entre empresários da CTNP/CMNP e representantes políticos eram muitas e variadas, o que deixa claro que não se pode falar na ausência do poder público no processo colonizador do norte novo e novíssimo do Paraná (GONÇALVES, 1999, p. 105-106). O mesmo autor cita ainda estudos dos pesquisadores estrangeiros Martin Katzman e John Austin, que avaliaram criticamente a ação da CTNP/CMNP e constataram um sucesso empresarial inegável. Contudo, Katzman aponta “as vantagens iniciais decorrentes do bom trânsito da CTNP entre burocratas e governantes, o que assegurou custos baixíssimos na hora de comprar terras” (GONÇALVES, 1999, p. 116-117).

De modo geral, muito se falou na colonização planejada desenvolvida pelas companhias colonizadoras como formas bastante articulada de estruturação e planejamento. O próprio projeto desenvolvido pela CTNP/CMNP com a organização das propriedades de forma que a produção agrícola fosse realizada nas partes altas dos terrenos e as pessoas e animais ocupassem as partes mais baixas, próximas aos rios e córregos, foi tido com um plano inteligente que permitiu cultivar as melhores áreas possíveis. No entanto, “é claro que sempre se desconsideraram os problemas referentes ao impacto ambiental” (GONÇALVES, 1999, p. 114). Gonçalves lembra que este tipo de organização das propriedades rurais “implicou uma descarga permanente de dejetos e outros materiais nos cursos d'água” (GONÇALVES, 1999, p. 114).

Inúmeros outros problemas ambientais podem ser citados, como a rápida “dizimação” da floresta pluvial, o assoreamento dos cursos d'água e a forte contaminação

do solo por agrotóxicos e outros componentes. Todos esses problemas, aliados à falta de uma cultura conservacionista do solo, como, por exemplo, a não utilização de curvas de nível, gerou complicações, como processos erosivos, principalmente na região noroeste do Estado (norte novíssimo), com a incidência do Arenito Caiuá, além do desgaste do solo que, no período de ocupação, parece ter sido visto como inesgotável.

De acordo com Vieira (1999, p. 241-242), falando do norte novíssimo, a forma como a área foi desmatada, o grande número de queimadas que acabou por calcinar as terras de arenito fino e a não utilização de curvas de nível, criaram um ambiente de falta de proteção ao solo, que em pouco tempo geraram problemas aos proprietários de terra da região: baixa fertilidade, a ocorrência de voçorocas, assoreamento dos rios e dos córregos.

Nos contratos firmados entre a CTNP/CMNP e os compradores de terras, a empresa determinava que os mesmos preservassem em suas propriedades uma área de 10% de mata nativa, determinação esta que não foi cumprida pela maioria dos proprietários. No entanto, como lembra Gonçalves (1999, p. 115), não cabe responsabilizar somente aos proprietários, pois a própria CTNP/CMNP descumpria a legislação ao exigir a preservação de 10%, já que a lei previa 25% de preservação das matas originais em cada propriedade. Paula também destaca esta questão:

A colonização adquiriu, no entanto, características profundamente destrutivas ao ecossistema ali existente. Contudo, isto poderia ter sido evitado, caso a CTNP houvesse respeitado a lei. Havia uma cláusula no contrato de compra das terras do Estado pela companhia em que esta acordava em preservar 10% da área adquirida. Ao vender as terras, a companhia repassava aos adquirentes a responsabilidade. Os adquirentes, por sua própria conta, não respeitavam a lei, salvo em raríssimas exceções, e o Estado e a CTNP eximiram-se de fiscalizar o seu cumprimento. Apenas as áreas pertencentes à própria CTNP é que foram preservadas (PAULA, 1999, p. 410).

Como se percebe, houve um “jogo de empurra” com as questões referentes à preservação ambiental. A responsabilidade foi sendo transferida e, no final, as consequências ficaram evidentes a todos, gerando problemas em muitos casos irreversíveis ou extremamente difíceis de serem resolvidos.

Além de todas as observações feitas até o momento sobre as dificuldades e problemas muitas vezes ocultados nos estudos a respeito da colonização do norte do Paraná, é importante destacar ainda as condições de vida encontradas pelos primeiros compradores de terra na região. Como se pode imaginar, o trabalho era árduo e contínuo, as condições de moradia eram precárias, sem contar a proliferação de doenças como a malária.

Como coloca Gonçalves (1999, p. 117-118), o norte do Paraná foi amplamente difundido pela publicidade em outras regiões do país. A região foi chamada de “A Nova Canaã”, “Eldorado”, “Terra onde se anda sobre o dinheiro”, “Terra da Promissão”. Nesse sentido, a área tornou-se bastante conhecida e a ação colonizadora extremamente simpática para jornalistas, escritores, pesquisadores e políticos.

Muitas pessoas foram atraídas à região por conta dessa publicidade, porém muitos dos que vieram depararam-se com uma realidade bastante diferente da que imaginavam. Em muitos casos, eram enganados pelos “picaretas”, como eram chamados os agentes de terras que, de acordo com Vieira, eram os

Verdadeiros bandeirantes do século XX (...). Exatamente porque faziam uso de expedientes, até honestos, para vender um lote de terra. Alcançar o objetivo da venda era o paradigma fundamental que justificava qualquer logro: mentir, falsear, falsificar documento, roubar, matar. Enfim, podia-se ser até honesto, desde que vendesse (VIEIRA, 1999, p. 12).

Muitos dos compradores de terra, ao irem à área comprada, encontravam a terra já sob a posse de outros e controlada por “jagunços” que, armados, ameaçavam aqueles que tentassem se apossar. Em outros casos, encontravam terras de má qualidade, repletas de “cascalhos ou pedras” impróprias ao cultivo. Esses e outros acontecimentos geraram muitas reclamações para com a CTNP/CMNP, que em muitos casos substituía as terras por outras. No entanto, muitos dos que vieram ao Paraná com o sonho de construir uma nova vida, retornaram à terra de origem decepcionados com o que encontraram no estado, e contrariados muitas vezes por terem sido enganados pelas propagandas ou pelos “picaretas”.

Como se pode perceber, o processo de ocupação e colonização do norte paranaense não deve ser entendido como um processo pacífico e livre de problemas de todas as esferas (ambientais, sociais). Enfim, apesar de ter sido um plano bastante elaborado que obteve sucesso do ponto de vista empresarial, tem-se que reconhecer as dificuldades e problemas gerados a partir da forma como foi desenvolvido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até 1930, o café foi o principal produto voltado à exportação brasileira. Este fato decorreu em função das vantagens da produção. A introdução do cafeeiro chegou às terras do norte do Paraná no início do século XX, e esteve atrelado à expansão da cafeicultura paulista já no final do século XIX.

A colonização do norte velho paranaense seguiu o mesmo modelo de estrutura fundiária baseada nas grandes propriedades do Oeste paulista. Já no norte novo e novíssimo, a colonização fora realizada por companhias estrangeiras, das quais se destacam a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), depois denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). A atuação desta companhia facilitou a aquisição de terras por parte dos imigrantes paulistas, já que as mesmas eram parceladas e as dívidas eram pagas com a produção do cafeeiro.

Se por um lado a colonização foi benéfica, em virtude do desenvolvimento que

gerou ao norte paranaense, por outro lado salienta-se que as referidas companhias colonizadoras tiveram o intuito de vender os lotes, que, do ponto de vista capitalista, angariaram bons lucros. Contudo, não tiveram preocupação com as populações pré-existentes, e nem com a preservação ambiental.

REFERÊNCIAS

CHIES, Cláudia. **Ciclo econômico e espaço transformado: os trabalhadores do café no Bairro Concórdia em Tuneiras do Oeste – Pr.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2007.

C.M.N.P. (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), 1975. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná.** Maringá, C.M.N.P.

DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (organizadores). **Maringá e o norte do Paraná** (Estudos de história regional). EDUEM - Maringá, 1999.

ESTRADA, Jorge Duque. **Terra crua.** S.I.: s.n., 1961.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios.** Editora MB (Memória Brasileira) Maringá-PR, 1996.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná – 1930/1970. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o norte do Paraná** (Estudos de história regional). EDUEM - Maringá, 1999.

MORAES, Antonio de, FRANCO, Paulo Sérgio Silva. **Geografia econômica: de colônia a colônia.** Campinas: átomo, 2005.

MORO, Dalton Áureo, Desenvolvimento econômico e dinâmica espacial da população no Paraná contemporâneo. In: **Boletim de Geografia** da Universidade Estadual de Maringá, Ano 16 – Número 1 – 1998.

MOTA, Lúcio Tadeu, NOELLI, Francisco Silva. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o norte do Paraná** (Estudos de história regional). EDUEM - Maringá, 1999.

NOELI, Francisco Silva, MOTA, Lúcio Tadeu. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o norte do Paraná** (Estudos de história regional). EDUEM - Maringá, 1999.

PADIS, Pedro Calil, **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

POZZOBON, Irineu. **A epopeia do café no Paraná**. Londrina: Grafmarke, 2006.

SOBRINHO, Alves Motta. **A civilização do café (1820-1920)**. São Paulo: brasiliense, 1978.

PAULA, Zueleide Casagrande de. Verde que te quero ver-te. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o norte do Paraná** (Estudos de história regional). EDUEM - Maringá, 1999.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (Re) ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o norte do Paraná** (Estudos de história regional). EDUEM - Maringá, 1999.

VERRI, Ênio José. **O desenvolvimento recente da indústria paranaense**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Economia da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 1998.

VIEIRA, Ildeu Manso. **Jacus e Picaretas (A história de uma colonização)**. Maringá: Bertoni, 1999.